

A força histórico-ontológica e crítico analítica dos fundamentos

Yolanda Guerra¹

RESUMO

Neste artigo busca-se demonstrar que foi a correta aproximação de uma ontologia do ser social que se funda na práxis que permitiu ao Serviço Social realizar a revisão crítica dos fundamentos conservadores que lhe vem servindo de explicação e orientação teórico - prática. Resgata-se a importância da tradição marxista no Serviço Social, de seu investimento em compreender as bases histórico-ontológicas que fundam a profissão e na construção de um projeto profissional que intencione a ruptura com o conservadorismo. Argumenta-se que, não obstante aos seus avanços, o contexto regressivo acentua na profissão as saídas irracionais. A hipótese norteadora destas reflexões é a de que enfrentar a “regressão idealista” no interior da profissão exige a retomada da razão racionalista, humanista, historicizada e fecundamente crítico-dialética. O procedimento de “ir aos fundamentos”, de recuperar a essência das coisas, requer “a restituição do sentido original da obra de Marx”.

Palavras chave: Fundamentos histórico-ontológicos, Serviço Social, regressão idealista, razão dialética.

INTRODUÇÃO

A preocupação com os fundamentos das coisas parece ser uma questão extemporânea neste final de século, período no qual a retórica pós-modernista anti-ontológica vai conquistando adeptos de várias tendências.

Essa afirmação se justifica quando se considera que na contemporaneidade o critério de verdade das teorias, enquanto formas de apropriação e de (re) construção do real pela via do pensamento (Netto, 1986) do único modo que lhe é possível, ou seja, como concreto pensado, tem se tornado cada vez mais uma resultante de *conciliações, de arranjos, do caos, do acaso ou de regras dos jogos de linguagem*. Como falar em fundamentos sócio-históricos, teóricos e ideo-políticos se, segundo os seus críticos, nos

1 Assistente Social, mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Profa. Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na Contemporaneidade - NEFSSC/UFRJ, Coordenadora Nacional de Pós-Graduação da ABEPSS, gestões 2009-2010 e 2011-2012.

últimos 30 anos, a razão moderna, que fundamentou a expansão capitalista e o socialismo real, acusada de *aliada do bloco no poder*, foi capturada pela lógica do mercado e convertida a uma de suas dimensões, a dimensão instrumental? Ou ainda, se os projetos societários que fundam o mundo moderno — o capitalismo e o socialismo real — negaram o ideal emancipatório do projeto da Ilustração que dá base à Modernidade? Se a razão fundada pelo projeto da Modernidade, não cumprindo suas promessas de liberação humana, nega suas próprias possibilidades emancipatórias?

O que ocorre é que falar em fundamentos só tem sentido, em primeiro lugar, quando se opera com uma razão racionalista, humanista, historicista e dialética, a qual historicamente tem sido objeto de enfrentamento por parte das correntes irracionistas, e, em segundo lugar, quando não se contenta com o formalismo e/ou com a positividade posta na aparência necessária dos fenômenos; quando não se opera com um tipo de conhecimento que se cristaliza na expressão fenomênica da realidade, quando não se identifica discurso e teoria, experiência e práxis, como fazem as correntes do racionalismo formal-abstrato. Se nenhum dos dois procedimentos de captação do real e de reflexão sobre ele, acima referidos, pode ser considerado novos ambos apresentam-se, neste final de século, sob novas formas de expressão. Ambos são sustentados tanto pela objetividade, pela forma fenomênica que reveste os acontecimentos na ordem burguesa madura quanto, sobretudo, pelo estabelecimento de uma nova dinâmica espaço-tempo, a qual justifica a expansão de uma lógica cultural fixada na imagem, no simulacro, no imediato, no fragmento, no micrológico, no fortuito, na suposta ausência de racionalidade do real (Cf. Jameson, 1996).

Aqui, duas considerações sobre a relação aparência/essência se fazem necessárias. Marx chamou a atenção para o fato de que a aparência pela qual essa ordem social se explicita é a da inversão dos processos sociais. Para ele, *no capitalismo os homens apreendem a realidade de maneira inversa da sua gênese e do seu desenvolvimento*, tendo em vista que: 1) o conhecimento é sempre *post festum*, e, conseqüentemente, a apreensão dos processos só pode realizar-se pelos seus resultados — daí a tendência a vê-los como fôrmas, como cristalizações, como formas prontas e acabadas e não no seu movimento, ou seja, como processos e como formações sócio-históricas; e, 2) a sociedade burguesa realiza a inversão ontológica entre fins e meios, sujeito e objeto, aparência e essência (Cf. Marx, 1985 a :73).

Com isso podemos inferir que os limites às análises que descartam a busca dos fundamentos encontra-se na própria objetividade com que os processos sociais se revestem, objetividade esta pela qual tais processos aparecem e são reconhecidos. Daí que o significado dos mesmos passa a ser extraído desta aparente objetividade. O que ocorre é que o mundo burguês, que é o mundo da “pseudo-concreticidade” (Kosik, 1986) reveste os fenômenos com uma tal objetividade que elas se tornam apenas formas encaixadas em determinadas ‘fôrmas’ e como tal, coisas, objetos. A tendência de analisar os resultados como se fossem as reais causas dos fenômenos sociais não percebe “que o mundo sensível (...) não é um objeto dado diretamente, eterno e sempre igual a si mesmo, mas sim o *produto* da indústria e do estado da sociedade, no sentido de que é um produto histórico, o *resultado* da atividade de toda uma série de gerações, sendo que cada uma delas se alçava sobre os ombros da precedente, aperfeiçoava sua indústria e seu comércio e modificava

seu regime social em função da modificação das necessidades” (Marx e Engels, 1989: 43).

Esse nível de objetividade que reveste os fenômenos sociais no capitalismo, intensificado no seu estágio maduro, é a estrutura de objetividade da própria realidade, é o modo de ser dos fenômenos que apanhados na sua imediatividade, pela supressão das mediações que os produzem e os conectam a outros, produz análises invertidas, toscas, parciais, fragmentadas e submete os sujeitos, cada vez mais, à uma sociabilidade na qual o homem se constitui em *meio para os outros homens*.

Deste modo, há que se reconhecer que a reificação, o fetichismo, a conseqüente instrumentalização das pessoas, não são os fatores que engendram a exploração no capitalismo, mas **formas sociais** extremamente conseqüentes e necessárias, tendo em vista as bases materiais sob as quais as relações de produção se realizam. Isso porque,

“as coisas não se tornam capital (...) em virtude de suas propriedades naturais, mas por estarem subsumidas a determinadas relações sociais. Se o modo de produção historicamente dado fosse a expressão adequada das características naturais das coisas e da lei natural do intercuro social e da produção enquanto tais..., *não haveria como escapar do círculo vicioso da pressuposição a priori do capital, de modo a ter que viver com ele para sempre*” (Mészáros, 1993: 193 — grifos meus).

Se isso é verdade, há que se partir da aparência que reveste os objetos, da forma que os fenômenos, processos e práticas sociais adquirem, há que compará-las, distinguí-las, o que supõe a utilização de um nível da razão, que é a racionalidade formal-abstrata. Mas é preciso ir além deste nível do pensamento, desta forma inferior da razão. O pensamento formal-abstrato, justificador da ordem burguesa, cristaliza-se aí.

Se essa formalização e abstração do pensamento não são condições

novas, mas próprias do racionalismo burguês, o que ocorre na atualidade é que a crise global e estrutural, que tanto os países de primeiro mundo quanto os de terceiro vivenciam, ainda que de modo particular, que resulta numa reestruturação do capital, numa ofensiva neoliberal, na recusa dos projetos societários vigentes, dos valores, normas e princípios éticos e, na rejeição das instituições próprias do capitalismo e do socialismo real, esta crise global gera uma tendência à “distorção sistemática da história para fins irracionais” (Hobsbawm, 1998: 47). Lukács (1968) já havia se pronunciado sobre os momentos de crise, nos quais a perspectiva anti-histórica tende a negar a historicidade ou a metamorfoseá-la em outra coisa. Com isso a história, de processo de emancipação do homem em relação à natureza ou de desenvolvimento da sua capacidade de controlá-la, converte-se em domínio e manipulação de uns homens sobre outros, e, nesse campo, o irracionalismo é inevitável. Na medida em que interdita-se a componente crítica da razão histórica, “esgota e reduz [-se] a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo” (Netto, 1994: 29). Concordamos com Netto que, se com o acirramento da crise global “...o instrumentalismo da razão analítico-formal torna-se mais modesto pela evidencia da irracionalidade global das atuais formas de intercâmbio sociedade/natureza (...)os novos irracionalismos já não tem nenhuma pretensão romântica ou devaneio rebelde — são agora bem comportados e realistas e proclamam (inclusive capitalizando o fracasso dos regimes do “socialismo real” como o fim do socialismo) o colapso da história e das utopias, entre as quais arrolam as bandeiras ilustradas”(idem: 41).

A partir daí ganha realidade material um determinado tipo de

pensamento que passa a negar os universais, a história, o tempo gregoriano, e tudo o que representa a modernidade. Seus partidários entendem que o mundo contemporâneo — que definem como a sociedade pós-industrial na economia e sua correspondente no campo da cultura: a pósmodernidade — é o *locus* das individualidades, do arbitrário, do virtual, do simulacro, do “aqui e agora”, daí a simpatia especial que nutrem pelo individualismo possessivo, por um “sujeito psicológico”, pelo “presente perpétuo” (ou presentificação), pela psicologização das relações sociais, pelo local, pelo micro, pelo efêmero, pelas teorias comportamentais (ou neobehavioristas) e, finalmente, pelos jogos de linguagem. Desprezam, em nível do discurso, o que consideram “velhos conteúdos sociológicos universalizantes”, as metanarrativas, que concebem como paradigmáticas, as quais, segundo os “pós-modernos”, deslegitimadas pelas mudanças operadas no sistema sócio-econômico e cultural, devem ser substituídas por novos aportes e critérios de verdade. Para tanto, os que das concepções pós-modernistas partilham, defendem que a aferição da verdade do conhecimento — que entendem como processo de *desconstrução*, desencadeada tanto por um sujeito psicológico (Ego) sobre uma realidade única e irrepetível quanto resultante de interações sociais (Alter) — sustenta-se no critério de *operatividade*, referido a uma situação presente e efêmera, de *natureza puramente funcional* que, por se tratar de critérios de natureza técnica, nada pode dizer sobre o “justo” (Cf. Lyotard, op. cit.), ou seja, sobre o campo ético-político. O que se coloca como inusitado neste tempo histórico são as novas formas sobre as quais a racionalidade formal-abstrata e o irracionalismo se apresentam, em nível da reprodução social, quais sejam, novas teorias, novos discursos, novas culturas, todas elas em íntima conexão

com as necessidades do novo padrão de acumulação vigente. Observa um arguto analista e crítico do que ele denomina lógica cultural do capitalismo tardio:

“De forma bastante apropriada, a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou, uma sociedade em que, segundo observou Guy Debord, em uma frase memorável, ‘a imagem se tornou a forma final da reificação’ A sociedade do espetáculo” (Jameson, 1996: 45) (as aspas são do autor).

Em verdade, conforme comenta Brunhoff, “a imagem do empresário, que assume riscos para ganhar mercados, (...) a da pequena empresa competitiva que exporta seus produtos para o mundo inteiro, a do profissional que obtém a melhor relação entre a qualidade e o preço de seus serviços (...) o mercado, livre de qualquer entrave burocrático ou a salvo de choques inesperados(...)” (1991: 7), depreendem-se da nova dinâmica espaço-tempo e conformam o capitalismo monopolista no seu estágio desenvolvido. Como nos mostra Brunhoff, são essas imagens que, a partir dos anos 80, passam a sustentar correntes ideológicas cujo dogma do mercado soberano e racional nutre formas de pensar e agir e, portanto, racionalidades.

Nota-se que a identificação que estes analistas fazem entre o projeto da Modernidade e a racionalidade hegemônica do capitalismo, leva a uma redução da razão como um todo à sua dimensão instrumental, própria da relação entre homem e natureza e, por isso, necessária, porém, limitada (Cf. Guerra, 1995). Ocorre que, como bem observa Netto,

“nas fronteiras da racionalidade analítico-formal, o projeto iluminista foi perdendo densidade em face da consolidação da ordem burguesa. Nesta, o crescente controle da natureza — implicando uma prática (social) basicamente manipuladora e instrumental — revela-se funcional ao movimento do capital e aquela racionalidade se identifica com a razão tout court” (Netto, 1994: 40).

Essa modalidade específica de razão dilata-se a ponto de se tornar a

razão hegemônica do mundo burguês. Nessa consideração reside a polêmica em defender a “persistência ou o colapso” da modernidade.

É na esteira do pensamento de Lukács que se pode identificar a unidade entre os procedimentos do conhecimento tanto neopositivistas quanto neoirracionalistas (dos quais a vertente pós-moderna é significativa), já que os primeiros partem de *regras* formais do método científico ou sociológico (Cf. Durkheim, 1983) e os segundos das *regras* de linguagem (Cf. Lyotard, *idem*): ambos implicam na pauperização da razão moderna e do cancelamento das suas determinações humanista, histórica e dialética (Cf. Lukács, 1968, Coutinho, 1972, e Netto, 1994). E, sobretudo, pelo agnosticismo que as caracteriza, os fundamentos ou “a coisa em si”, são relegados ao plano do incognoscível.

Na perspectiva modelar, com que as tendências destruidoras da razão trabalham, se encaixam as programáticas de ação cujo critério arranca do caráter técnico, funcional, manipulatório, para consagrar a eficácia, a eficiência, a performance dos resultados, evidentemente, isentos de juízos de valores, cujos argumentos de justificação vão desde a virtuosa moral objetiva, abstraída de qualquer conteúdo ideológico (que subjaz ao pensamento positivista) até a virtualidade amoral da estética pós-moderna, que recusa as utopias e, sobretudo, qualquer orientação por projetos sociais (considerados paradigmas).

A resultante é evidenciada pelas palavras de Lukács:

“se de fato a ciência não almeja conhecer de maneira mais adequada possível a realidade do ser em si, se não se esforça a descobrir com métodos cada vez mais aperfeiçoados novas verdades que necessariamente também são fundadas ontologicamente e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, em última instância, a sua atividade se reduz a sustentar a práxis no sentido imediato. Se a ciência não pode ou, talvez, conscientemente não quer ir além deste nível, a sua atividade se transforma em uma manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática”

(1988:103).

É neste contexto sócio-histórico e ídeo-cultural, que a busca pelos fundamentos justifica-se, considerando que há um revigoramento de antigas polêmicas do pensamento ocidental, as quais são atualizadas à luz dos argumentos sobre a suposta “crise dos projetos societários gestados na modernidade”. Se o embate decisivo é entre razão e desrazão, entre modernidade e neoconservadorismo, faz-se necessário denunciar os fundamentos ideológicos e irracionais nos quais apóiam-se.

De fato, o que ocorre é o abandono da dimensão ontológica do real, da história como substância, o que permite que estas correntes afirmem a destruição do passado, o fim da história e das grandes narrativas.

Ora, é na compreensão da substância,

“enquanto princípio ontológico da permanência na mudança, (...) como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade” (...) que as “tendências ontológicas à historicidade” (Lukács, 1979: 78) se efetivam. Mas a historicidade, não se determina, apenas, pela “eternidade do movimento” ou por uma renovação contínua; ela “implica não o simples movimento, mas também e sempre *uma determinada direção na mudança*, uma direção que se expressa em transformações qualitativas de determinados complexos, tanto em-si quanto em relação com outros complexos” (Lukács, idem: 79).

Se isto é verdade, então o procedimento de “ir aos fundamentos”, de recuperar a essência das coisas, como antítese do agnosticismo, exige “a restituição do sentido original da obra de Marx” (Netto, 2004: 148) contribuição esta da lavra de Georg Lukács. A restituição da teoria marxiana à sua condição de ontologia é fator *sine qua non* do chamado renascimento do marxismo (Cf. Netto, idem).

Pelo seu cariz ontológico o pensamento marxiano, embora partindo da filosofia como postura, melhor dizendo, como a busca dos fundamentos últimos

do agir dos homens , entende que é somente pela superação da filosofia tanto como interpretação do mundo quanto como disciplina particular que se pode realizar a crítica da sociedade burguesa pela apreensão da lógica que a constitui. Isto porque, para Marx,

“(…) a teoria se converte em poder material tão logo se apossa das massas. A teoria é capaz de apoderar-se das massas quando argumenta e demonstra ad hominem, e argumenta e demonstra ad hominem quando se faz radical. Ser radical é atacar o problema pela raiz. E a raiz, para o homem, é o próprio homem” (Marx, In: Ianni, 1988: 16).

A adoção desta concepção de filosofia — como postura teleológica dos sujeitos no conhecimento da vida cotidiana e fora dela — é imprescindível a todo conhecimento que não se satisfaça com a constatação dos fatos, mas os tome como sinais que, ao serem perseguidos, vão se revelando ao pesquisador. Os fatos, nesta abordagem teórica, apresentam-se como processos possíveis de serem conhecidos e desvendados pelos sujeitos sociais. E ao serem compreendidos em seu conteúdo e significação, os fatos sociais, podem ser transformados pelos sujeitos. É neste sentido que se propõe a crítica radical (que vai à raiz) na compreensão dos fundamentos da ordem burguesa.

Como se refere Netto ao que é visceral na obra de Marx: “seu caráter unitário e totalizante/totalizador, embasado numa ontologia do ser social historicamente constituído no mundo do capital a partir da crítica da economia política” (1997:141).

Nesta concepção, a abordagem dos fundamentos apoia-se no trabalho como a categoria fundante do homem como ser prático-social e crítico que produz e reproduz sua vida material e espiritual. O trabalho como modelo de práxis é a forma mais elementar das objetivações dos homens, é a protoforma

da práxis, esta, compreendida como o conjunto das objetivações duradouras do ser social. Na práxis, "atividade objetivo-criadora do ser social" se expressa toda a especificidade deste tipo de ser (Cf. Netto, 1994:36), daí ser a práxis a forma de ser do ser social. É exatamente pelo seu cariz fundamentalmente ontológico, que a obra de Marx, permite recuperar o núcleo categorial do Projeto da Modernidade e a racionalidade a ele subjacente: humanista, historicizada e fecundamente dialética. Esta, por sua vez, é tanto a racionalidade do próprio real quanto o sistema de categorias que permite compreendê-lo (Cf. Netto, 1994). Nesta concepção, a dialética materialista:

"é o pensamento crítico que se propõe compreender a coisa em si e sistematicamente se pergunta como é possível chegar a compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contactos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenómeno se desvenda a lei do fenómeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenómeno, a essência." (Kosik, 1995:15 – 16).

A razão dialética, crítica e radical, pelo seu substrato ontológico materialista, porque fundada pela e na práxis, tem na perspectiva da totalidade a sua categoria central. A totalidade aqui é entendida a partir da compreensão lukacsiana: "um complexo constituído de complexos subordinados". Como categoria objetiva, a totalidade esta presente em qualquer realidade, independente do sujeito" (Lukács, in Pontes: 1995:2); como categoria intelectual, permite à razão, ultrapassar o plano da imediatez (aparência), em busca da essência. Para tanto, há que reconstruir intelectivamente as mediações, nexos e relações multidimensionais reconstruindo o próprio

movimento do objeto.

De uma radical análise crítica ao legado teórico-cultural da Ilustração, Marx e Engels puderam formular as bases da sua concepção materialista da história. Fiel ao legado da tradição iluminista, a ontologia do ser social que se funda na práxis formulada por Marx realiza uma crítica de conjunto do mundo burguês. Toda sua elaboração visa compreender o modo de ser e de se constituir do ser social burguês. Marx inaugura um modo de explicação do real no qual “a história aparece como o próprio constitutivo da reflexão teórica e a tensão entre razão e história se resolve no seu plano mesmo: a razão se historiciza e a história se torna racional” (Netto, 1989:92). Dado ao seu potencial heurístico, este referencial é mais adequado para colocar a nu o significado sócio-histórico e ídeo-cultural e a funcionalidade dos processos, instituições e práticas sociais e profissionais, dentre elas o Serviço Social, como uma profissão que tem um vínculo umbilical com o modo de ser e de se reproduzir do capitalismo maduro.

O legado marxiano na compreensão dos fundamentos do Serviço Social brasileiro

O processo de amadurecimento do Serviço Social foi por meio de uma aproximação (ainda que enviesada) de uma ontologia do ser social que se funda na práxis, que encontra no trabalho a sua protoforma. A partir daí, o Serviço Social pôde não apenas realizar a revisão crítica dos fundamentos conservadores que lhe servem de explicação e orientação teórico-prática, mas, sobretudo, identificar a necessidade de fundar ontologicamente as suas formulações prático-profissionais e teórico-metodológicas. Diz Netto (1992):

“a mais ampla e profunda renovação que o Serviço Social vinha experimentando no Brasil, do ponto de vista da sua auto-representação, nos

últimos vinte anos, ganhou ritmo e significado inéditos a partir de finais da década de 70 (...) Trata-se de um giro notável, cuja evidência mais perceptível é a interlocução com a tradição marxista. Sem prejuízo das modificações que já estavam em andamento, apelando a matrizes teóricas outras, é a interlocução com o pensamento marxista que confere ao Serviço Social no Brasil a sua carta de cidadania intelectual” (1992: 9-19).

Com base nesta afirmação, pretende-se resgatar a importância da tradição marxista no Serviço Social e de seu investimento em compreender as bases histórico-ontológicas que fundam a profissão, na apreensão do seu significado social e sua funcionalidade, na crítica ao conservadorismo teórico-metodológico e prático-político e na construção de um projeto profissional que intencione a ruptura com o conservadorismo.

Já foi mencionado que a rejeição pelo substrato das coisas, pelo conhecimento das causas primeiras, pela racionalidade do real tem sido uma recorrência necessária das correntes positivista dentre elas do pragmatismo, do instrumentalismo e do metodologismo, as quais vêm, historicamente, exercendo influência de monta nas construções teórico-metodológicas e prático-operativas que fundamentam o Serviço Social e, sobretudo, se fazem perceber na “concepção científica da prática, tomada como manipulação intelectivamente ordenada, [do que - YG] decorre a ‘aplicação’ da metodologia como *modus faciendi* da ação” (Netto, 1990:190). A esta concepção somam-se duas outras: a primeira, que atribui ao Serviço Social estatuto de ciência, pré-ciência, ramo do saber; a segunda, que o toma como tecnologia social a serviço do controle da sociedade, ambas de inequívoca influência do racionalismo formal-abstrato. Não obstante a isso, há outra forma pela qual a profissão tem sido reconhecida ao longo da sua trajetória: como Ação Social e/ou ajuda psicossocial e aqui o irracionalismo subjetivista é inevitável.

Foi na década de 80, como resultado de desenvolvimentos internos e externos da profissão, que consolida-se um amadurecimento teórico expresso na conformação de uma massa crítica. Somente a partir daí estão dadas as possibilidades de o Serviço Social investir na busca das bases ontológicas de sua fundação.

Identificadas as fragilidades do Serviço Social tradicional em responder às contradições da realidade - as quais colocavam a nu o caráter revolucionário como um dos seus traços constitutivos - e do referencial teórico que lhe é conexo, fundado no suposto e necessário equilíbrio da sociedade, uma vanguarda da profissão, sobretudo vinculada aos centros de formação acadêmica, que já havia realizado uma aproximação com o marxismo via militância política, passa a conceber as formulações teórico-metodológicas de Marx como instrumento de transformação social. À uma relação meramente instrumental que os profissionais de Serviço Social (bem como outras áreas) estabelecem com o marxismo, objeto de várias críticas, coube a formulação de marxismos sem Marx (conforme a acertada expressão de Quiroga, 1991:92).

Em confronto com a tendência vigente no momento, de se referenciar por uma suposta história do Serviço Social, por um saber autônomo e próprio que conformasse a teoria do Serviço Social, e um método que explicasse um setor da realidade e/ou uma metodologia capaz de garantir “especificidade” à profissão, indicando-lhe uma pauta de intervenção (*o como fazer*), a ontologia de Marx permite consubstanciar a compreensão da profissão como produto histórico, e como tal, auto-implicada no processo histórico. É a história social, resultado da ação dos homens na produção e reprodução da sua vida material e espiritual, tendo no trabalho a forma primária de manifestação da vida, que

funda o chão no qual a profissão irá se desenvolver. É essa concepção materialista da história, que enfrenta a visão hegemônica (legado cultural do positivismo) de uma história cronológica, linear, evolutiva e sem sujeito, que fornece à profissão os suportes teórico-metodológicos para sua revisão crítica. Com esse salto podem os agentes profissionais perceberem-se como sujeitos históricos portadores de razão e vontade, orientando racionalmente o processo histórico para o alcance de seus fins. Deste referencial podem ainda extrair que da sua ação racionalmente orientada sobre a realidade decorre também a escolha por referências teóricas e valorativas capazes de indicar a adequada relação entre meios e fins. Direcionados por suas teleologias (finalidades) e pelas condições objetivas para o seu alcance, os sujeitos profissionais (em confronto com outras teleologias) fazem a história. Porém, não a fazem como querem, mas dentro de condições historicamente dadas (Marx e Engels, 1989).

Nesta concepção de história social pensa-se que o Serviço Social, entretido pelas mediações históricas, responde às requisições das classes sociais que se enfrentam no mundo burguês. A concepção dialética da história entendida como um processo de continuidades e rupturas, tem uma substância, um núcleo que permanece. Como referido anteriormente, a substância é o conjunto de elementos que continua “a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade” (Lukács, 1979: 78). De posse desta concepção, o Serviço Social pode fazer a crítica das visões idealista, positivista e evolucionista da história cronológica, como sucessão de categorias (ou de idéias) no tempo. Aqui, não é o passado que explica o presente, tampouco o presente é mera reprodução do passado. Assim, não se

pensa o Serviço Social como uma instituição abstrata ou a-histórica, menos ainda que a profissão se autonomiza de modo a constituir uma história própria, mas concebe-se que a trajetória da profissão é tecida nas e pelas contradições de interesses das classes sociais. Assim o novo se apresenta porque o presente não é uma mera reprodução ampliada do passado. O novo emerge e lança novas luzes na compreensão do velho. Do mesmo modo, a história se explica pelo presente: “o presente põe e repõe relações, processos e estruturas que exigem a pesquisa do passado” (Ianni, 1988: 36) ao mesmo tempo em que o presente aponta as tendências para o futuro.

No contexto desta concepção de história, a vertente crítica da profissão pôde captar o movimento de continuidades e rupturas entre o que se chamou de “protoformas do Serviço Social” e o chamado “Serviço Social profissional”.

Entretanto, rejeitar a tese sobre a mera continuidade entre caridade, práticas assistenciais e serviço social e assumir que o fundamento da profissão está na criação de um espaço sócio-ocupacional, implicava em fazer tabula rasa das determinações particulares da profissão. Recorrendo à análise que busca captar o Serviço Social no seu movimento, como processo de totalização, pela via da apreensão das determinações universais do mundo burguês, foi possível àquela vertente crítica captar o modo pelo qual estas se traduzem nas particularidades da cultura profissional.

A resultante está em expor que a relação de continuidade entre as protoformas e a profissão se dá em dois aspectos, referentes: 1) ao universo ídeo-político e teórico-cultural que se apresentava ao pensamento conservador; e 2) às modalidades de intervenção características do caritativismo. Nesse caso, cabe reconhecer uma instituição que desempenha um papel crucial nos

dois âmbitos (tanto no da profissão quanto no da assistência organizada): a Igreja católica .

Porém, se em Marx, “a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco” , é o Serviço Social que explica as suas protoformas e não o contrário. Deste modo, os aspectos de continuidade não poderiam obscurecer que o elemento fundante da profissão localiza-se na constituição, no interior da divisão sócio-técnica do trabalho, de um espaço sócio-ocupacional no âmbito dos serviços e políticas sociais, de modo que, se não se explica o Serviço Social a partir de si mesmo, tampouco pela mera evolução da prática da assistência, da ajuda e/ou da caridade.

O que está sendo dito é que os aspectos de continuidade entre a profissão e suas protoformas, que permanecem na cultura profissional do Serviço Social, não explicam o desenvolvimento histórico da profissão, cujas determinações que exercem maior poder de explicação estão nos seus elementos de ruptura e não nos de continuidade, visto que é o todo mais desenvolvido que explica o menos desenvolvido. E “ademais, tornou-se claro que, entre uma forma mais simples de ser (...) e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se sempre um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente deduzida da forma mais simples” (Lukács,1978:3).

Com base neste fundamento teórico-metodológico, a vertente que visava romper com a influência do pensamento conservador nas elaborações teóricas e prático-profissionais investe em captar os elementos de ruptura, as determinações que exercem maior ponderação na estrutura de constituição da profissão, apreendendo, assim, que o Serviço Social gesta-se a partir de uma

“nova racionalidade” no enfrentamento das seqüelas da chamada questão social que exige um tipo de intervenção determinado, de modo que a determinação fundante do Serviço Social está na condição do agente e no significado social da sua ação: o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na reprodução das relações sociais (Cf. Yamamoto e Carvalho, 1982 e Netto, 1992 e outros). Diz Netto,

"é com este giro que o serviço social se constituiu como profissão, inserida no mercado de trabalho, com todas as conseqüências daí decorrentes principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da força de trabalho "(Netto, 1992:69).

O avanço da concepção que apreende o Serviço Social a partir dos fundamentos da sociedade burguesa madura frente à leitura endógena da existência de uma história e de referências teórico-metodológicas específicas do Serviço Social (o gato preto na sala escura, conforme a feliz analogia de Netto, 1986) está no reconhecimento de que a profissão tem como seus fundamentos históricos uma determinada demanda que se gesta da dinâmica referente a uma etapa do capitalismo com todas as suas determinações econômicas, políticas, culturais, e suas resultantes objetivas e subjetivas. Numa análise totalizante: a profissão deve buscar as mediações que a vinculam a diversos processos sócio-históricos os quais servem de base aos objetos que a profissão recolhe na realidade. Daí é possível pensar a base de fundação da profissão não direta e imediatamente da questão social tomada como tal, mas a partir *das particularidades que ela adquire no contexto da sociedade burguesa fundada nos monopólios*. Dentre estas particularidades, encontra-se o concreto tratamento da questão social de forma sistemática, estratégica e contínua pelo Estado. Segundo Netto, de uma especial

modalidade de tratamento da questão social, na qual o Estado tem protagonismo, é que instauram-se as bases históricas que possibilitam o surgimento de uma profissão como o Serviço Social.

Do mesmo modo, na busca das mediações ontológicas, enquanto um procedimento do método dialético materialista, localiza-se a inflexão do Serviço Social na compreensão de que não podemos derivar o surgimento da profissão diretamente das demandas e exigências da ordem burguesa ou do que se convencionou chamar de questão social. Daí a consideração de que as conexões genéticas do serviço social não se entretecem com a questão social, mas com suas particularidades, como campo de mediações, no âmbito da sociedade burguesa (Cf. Netto, 1992)..

A apreensão da particularidade da gênese da profissão remete, portanto, ao concreto tratamento da questão social num momento muito específico do desenvolvimento histórico da sociedade burguesa constituída: o da passagem da fase concorrencial do capitalismo para a dos monopólios. (Cf. Netto, 1992), ou seja, da assunção por parte do Estado de uma função que mais tarde (no padrão de acumulação fordista-keynesiano) vai se tornar lugar comum dentre as suas ações: a função de administrar os ciclos de crise.

Assim, no processo sócio-histórico há um movimento real das categorias que não pode ser determinado pela lógica e imputado pelo pensamento. Também, o conteúdo, o significado, o papel e a funcionalidade das categorias ontológicas não são dados a priori, mas encontram-se intrinsecamente articulados às relações sociais do mundo burguês desenvolvido. Como diz Marx “Trata-se de uma articulação no interior da moderna sociedade burguesa”.

Considerando a orientação metodológica de que cada período histórico possui suas próprias leis (Marx, 1996) pode-se inferir que é somente a partir das condições postas pelo capitalismo monopolista que a chamada questão social pode tornar-se objeto de intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. O que significa dizer que uma determinada dinâmica em cujos componentes atuam os elementos econômicos e políticos, permite que a questão social se coloque como alvo de políticas sociais. Por isso, a compreensão dos processos sociais pela via de suas categorias constitutivas não é uma questão semântica, teórica, epistemológica ou cronológica, mas ontológica, já que depende da articulação concreta destes processos no interior das sociedades examinadas. Esta hipótese está fundada no suposto de que tanto os processos sociais quanto as categorias constitutivas da vida social não se dispõem em nenhuma hierarquia que possa ser trasladada de uma sociedade à outra. Isto significa que a articulação das categorias não é determinada pela análise, mas é resultado desta. Em relação à sociedade capitalista, há que se diferenciar entre os processos que caracterizam o período concorrencial dos que determinam o período monopolista. Assim,

“(...) até as categorias mais abstratas - precisamente por causa de sua natureza abstrata -, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites dessas” (1996:43).

A partir deste entendimento, a vertente crítica da profissão pode, de fato, tanto explicar as diversas modalidades pelas quais o Estado burguês enfrenta a questão social (ora como caso de polícia ora como questão política) quanto assumir que o significado das políticas sociais, como uma modalidade sócio-

histórica de enfrentamento da questão social em determinadas condições também históricas, fruto de decisões políticas, não é dado por elas mesmas, mas tem que ser remetido às condições objetivas e subjetivas nas quais elas são gestadas e implementadas.

Apreende-se, assim, que no *capitalismo na sua fase monopolista*, resultado da necessidade de um mecanismo extra-econômico como suporte às necessidades econômicas dos monopólios, o *Estado converte-se na mediação fundamental capaz de garantir o movimento do capital*. A formulação e implementação de políticas sociais próprias da fase monopolista do capitalismo estimula a criação de diversas novas profissões especializadas, dentre as quais o Serviço Social aparece para desempenhar seu papel, na execução terminal das mesmas, adotando um tipo de intervenção de caráter manipulatório, operativo-instrumental.

Esta compreensão sobre a gênese e o desenvolvimento da profissão supõe conceber a história como história da luta de classe, portanto, um processo configurado por interesses contraditórios em luta permanente; permite que se pense o significado social e histórico da profissão, que somente pode ser apreendido neste processo. Esta concepção põe no centro a luta de classe como motor da história e a categoria da contradição como o movimento pelo qual os objetos se transformam, sendo responsável pelo vir a ser dos mesmos. Foi graças à apreensão da categoria ontológica da contradição que o movimento da realidade se tornou inteligível à profissão e esta adquiriu a capacidade de tanto se perceber como expressão das relações sociais do mundo capitalista quanto de buscar a compreensão do conjunto de relações e complexos sociais que compõem a sociedade em cada momento histórico e

que se auto-implicam e se auto-explicam. Aqui a categoria contradição, superada a visão positivista que a toma como um desvio do pensamento, sintoma de erro, incoerência, falta de nexos, contribui para a inflexão na forma de compreender o significado da profissão no interior das relações sociais como uma especialização do trabalho coletivo que se insere na divisão social e técnica do trabalho. Assim, pensar a realidade social e histórica como totalidade em movimento, em constante mudança, no vir a ser, confronta-se com a perspectiva messiânica e fatalista presentes nas formas de conceber a profissão.

Se é na história social que vão se gestar as condições de existência da profissão e os temas sobre os quais ela se indaga, do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político, é somente apoiada numa concepção teórica capaz de fazer a crítica do existente que a profissão pode dar o *mergulho ontológico* que lhe permite alcançar seus fundamentos. Somente uma concepção de teoria social crítica e radical como um conjunto de pressuposições que buscam captar o modo de ser e de se constituir dos processos sociais, a sua lógica e a sua dinâmica de constituição (Netto, 1986) é que permite à profissão superar a aparência do real cristalizada nos fenômenos. Nesta concepção teórica a superação do imediato permite captar as mediações; as contradições que comparecem no processo não são refutadas, mas ao contrário, são vistas como os elementos que contém no seu cerne a lógica que explica tal processo. Tais explicações são sempre parciais, aproximativas e provisórias. Este é o caráter histórico de todo conhecimento teórico. A produção teórica nessa abordagem é resultante da análise do processo, objeto do conhecimento, como síntese de múltiplas determinações,

unidade do diverso. A apreensão destas determinações exige dois procedimentos: 1) o de abstração: pelo movimento do objeto, através de sua dinâmica, decompõe-se o todo a fim de identificar as partes que o compõe como totalidades parciais, busca-se as categorias constitutivas do objeto, suas determinações de existência, as quais somente se explicitarão ao pesquisador no segundo momento da investigação. No momento seguinte, o procedimento é o da: 2) recomposição da totalidade, articulando suas partes constitutivas, vinculando-as umas às outras pela via das mediações, identificando as determinações que fazem com que este processo seja ele mesmo, dentro de determinadas condições históricas.

A compreensão da profissão como produto histórico. bem como outros avanços vinculados à adoção de uma teoria social crítica são datados: é o amadurecimento do processo histórico que detém as possibilidades de crítica, compreensão e alcance do significado dos processos sociais. Nas palavras de Marx “não basta que o pensamento tenda à realização, é preciso que a realidade mesma tenda ao pensamento” (Marx, in: Netto, 1998:XLIII). Neste âmbito, Netto nos sugere que as possibilidades de tal amadurecimento foram dadas pelo processo de laicização da profissão, pela sua diversidade interna, pela adoção de referenciais teóricos que pudessem fazer a crítica estrutural da sociedade burguesa e, sobretudo, pela democratização da sociedade. Sem estas condições não teria sido possível ao Serviço Social se conectar com a Modernidade (Netto, 1989a e 1990).

A análise da profissão nos mostra que somente a correta e adequada apropriação da concepção de história social numa perspectiva de totalidade e a adoção da teoria social de Marx como uma teoria crítica da sociedade

burguesa, resgatando daí um método para a investigação e análise do ser social com vistas à transformação, permite à profissão avançar sobre as concepções vigentes até o momento, estabelecendo complexas mediações entre economia e cultura, entre ética e política. Portanto, o que diferencia as concepções da vertente de ruptura das anteriores é a concretização histórico-social a que submete o objeto de estudo: o Serviço Social. Aqui o critério de verdade não é a vivência dos agentes sociais, mas a prática social das classes, a qual demanda um tipo de agente profissional determinado pelas suas necessidades reais e concretas. Quando se põe a captar, explicar e compreender quais as necessidades sociais das classes que engendram a profissão ela passa a ser aferida de maneira concreta: como síntese de determinações de diversas naturezas, dentre elas da teleologia (intencionalidade dos agentes). Não obstante, esta nem é a determinação mais importante nem se realiza autonomizada das demais. Para superar tal autonomização é imprescindível a adoção de uma perspectiva de totalidade que busque as mediações entre economia e as tradições culturais que fundamentam as construções teórico-metodológicas e ídeo-culturais presentes na profissão.

Deste modo, foi necessário um referencial teórico que permitisse à profissão perceber o traço idealista humanista que acompanhava a auto-representação do assistente social como “profissional da ajuda” ou “modernos agentes da caridade” (Iamamoto e Carvalho, 1982). Ao proporcionar a crítica das concepções endogenistas, identificando que a profissão não se explica pela auto-representação dos seus agentes profissional, de modo a trazer à luz o “feitiço da ajuda” (Mota, 1987) e a “ilusão de servir” (Martinelli, 1986), o

referencial teórico-metodológico marxiano permite “descobrir o cerne racional” (Marx, 1985a:21) que se encontra na contradição fundante da sociedade de classe: na existência de interesses não apenas diferentes como divergentes entre capital e trabalho. O salto dado por Lamamoto foi o de considerar que,

“como as classes fundamentais e suas personagens só existem em relação pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que tem uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade interesses contrapostos que convivem em interação. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer a um ou outro pólo da relação pela mediação do seu oposto. Participa tanto de mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta à sobrevivência da classe trabalhadora e a reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história” (1982: 75).

O alcance advindo de se captar a função social que o assistente social representa como profissional da coerção e do consenso, fruto das pesquisas de Lamamoto, detém a chave analítica para a superação das visões fatalistas e messiânicas na profissão. Aqui reside a possibilidade de os assistentes sociais resistirem à racionalidade hegemônica que detém as forças de conservação das estruturas e demandas necessárias à institucionalização da profissão e de se colocar à favor dos interesses das classes vulnerabilizadas.

Da correta apreensão e interpretação das condições objetivas de sua prática profissional, as quais envolvem demandas sócio-profissionais, necessidades e estratégias de luta e resistência das classes sociais, condições e relações de trabalho determinadas, que estabelecem o campo de mediações que se particularizam em funções, atribuições, competências, a profissão nega seu caráter de profissão liberal e sua suposta autonomia frente às instituições. Como resultado das possibilidades instauradas pela sua inserção no jogo de forças sociais e interesses contraditórios captados pelo referencial teórico-

metodológico marxiano conclui que:

“se pode estabelecer estratégias profissionais e políticas para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras”. (idem)

Nesta ótica afirma-se que são os processos de produção e reprodução da vida social que definem e redefinem, em determinadas conjunturas, as demandas profissionais. Mas é a profissão que organiza as formas de responder a elas. Inserida nestes processos a profissão vai definindo e redefinindo suas respostas às demandas profissionais. Ao permitir o exame dos processos sociais com diferentes níveis de generalização, dentre os quais pode-se perceber o nível do particular como um inteiro campo de mediações que dão sentido e coerência a estes processos, porque os vinculam a outros, o método dialético permite frutificar as análises do Serviço Social como profissão institucionalizada por um conjunto de mediações. Permite pensar o Serviço Social “no sistema de mediações que o supõe e que ele repõe” (Netto, In: Pontes, 1995:120). Assim, considera-se que a conjuntura porta mediações que operam inflexões o Serviço Social. É por meio delas que se dão as passagens e conversões históricas que permitem inflexões no interior da profissão em determinadas conjunturas.

É a obra de Pontes (1995), de inspiração marxista, que contribui para resgatar o sentido ontológico-reflexivo da categoria da mediação no âmbito da profissão. Nesta obra encontramos a mediação como uma categoria histórica para o Serviço Social: é o conduto pelo qual as instâncias técnico-profissional e político-institucional se movimentam, se articulam, se convertem em outras, dando um significado à profissão na processualidade histórica da realidade.

Mas a mediação é, também, uma categoria reflexiva fundamental para o Serviço Social (Cf. Pontes, 1995:156 e ss.). No movimento do abstrato ao concreto, ou, na superação da aparência imediata, da forma, das evidências empíricas, da demanda aparente, e, sobretudo, na superação das ações instrumentais que tanto particularizam o Serviço Social quanto nele se particularizam (Cf. Guerra, 1995).

Sendo o campo de intervenção no qual o assistente social atua um inteiro campo de mediações, nele colocam-se possibilidades tanto interventivas quanto intelectivas. É aí que o assistente constrói sua particularidade e sua instrumentalidade (Guerra, 1995) e intervém de modo particular nas refrações das questões sociais. O assistente social pode articular estas mediações potencializando forças em presença ou simplesmente manter-se alienado desta trama.

Toda a reflexão ontológica sobre a trajetória do Serviço Social na história, sua gênese e seu desenvolvimento têm demonstrado que qualquer concepção em torno da profissão só adquire instrumentalidade quando apreendida da análise histórica e historicamente determinada. Seus resultados não deixam dúvidas: retratam claramente a fecundidade da análise do Serviço Social à luz do legado marxiano.

Foi pelas conquistas impostas pelo referencial teórico marxiano que o Serviço Social passa a ser visto como um campo plural de alternativas e lutas entre tendências, pluralismo que é expressão da convivência sadia e respeitosa entre diversas tendências teóricas e ídeo-políticas e que se constituiu numa das maiores realizações da profissão dos anos 80/90.

Por meio da vertente de intenção de ruptura o Serviço Social

brasileiro consolida a sua maturidade intelectual (Cf. Netto, 1996 e lamamoto, 1992), alcança o reconhecimento e a validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina seu estatuto profissional e o seu significado social, define a sua relação com as demais disciplinas da área das Ciências Sociais e Humanas, e, sobretudo, constrói e defende objetivos legitimados por um projeto de sociedade na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e das políticas públicas.

Fruto das contradições do real, a onda neoconservadora que avança a partir dos finais da década de 80 no Brasil ameaça, mais uma vez, as tendências de fundar na razão a constituição dos processos e sua explicação, invadindo o Serviço Social e potencializando os vetores mais conservadores e regressivos da nossa cultura profissional. Ao negar a racionalidade do real, esta perspectiva tende a destruição da razão.

A negação dos fundamentos ontológicos: Receita nova para o velho pudim

Toda a reflexão até aqui realizada buscou afirmar que abstraído dos seus princípios ontológicos fundamentais, o Serviço Social pode ser reduzido a uma ciência (ou pré-ciência), uma tecnologia social ou uma prática de ajuda psicossocial a serviço do controle da sociedade. Estas concepções negam a historicidade da profissão, o seu vir a ser e o permanente movimento que tem na sua base a contradição (ou a luta entre os opostos), enquanto motor do movimento da própria profissão para a realização de finalidades postas pelo coletivo profissional.

A falta da reflexão ontológica e da perspectiva de totalidade na análise que permita captar a funcionalidade da profissão às determinações do

capitalismo implica em uma determinada compreensão acerca das atribuições e competências sócio-profissionais, as quais, de um lado, dissimula a adequabilidade ao projeto hegemônico burguês de determinadas funções, atribuições e competências historicamente postas à profissão e, de outro, toma como novas, inusitadas, modernas (ou pós-modernas) aquelas atribuições e competências já reconhecidas como portadoras dos interesses de manutenção da “ordem e do progresso” do capitalismo: como uma receita nova para o velho pudim. Vistas como algo novo, estas práticas escondem as linhas que as vinculam àquelas que ora modernizavam ora reatualizavam o histórico conservadorismo na profissão.

Desconhecer estes vínculos e linhas de força é perder a perspectiva histórica na análise da profissão e, com isso, creditar ao Serviço Social o desempenho de funções e papéis funcionais à ordem burguesa constituída vetando-lhe conteúdos críticos até então alcançados pela profissão de modo incorrer num inevitável retrocesso histórico.

Não obstante aos avanços da profissão, expressos no seu grau de amadurecimento teórico-político, não se pode perder de vista que estamos diante de um contexto regressivo que faz retroceder as conquistas democráticas, no qual germinam e se afirmam tendências neoconservadoras.

Em face da frontal perda de direitos e conquistas trabalhistas e civilizatórias, surgem novas e/ou mais complexas expressões da questão social, o que põe novas e diversificadas demandas para as profissões e cada vez menos instrumentos coletivos para seu enfrentamento. Para responder a elas, recuperam-se práticas já banidas da nossa profissão fazendo ressurgir a força das abordagens clínicas: terapia familiar, pessoal, psicodrama, holística,

bioenergética, e outras. Propõem uma reconstrução de abordagens e pedagogias psicossocial. De par com as tendências subjetivistas, a perspectiva clínica que ganha força no Serviço Social tem subjacente uma concepção muito antiga de profissão: o Serviço Social como ajuda psicossocial e/ou técnica de solução de problemas, concepção esta que se coloca como um retrocesso a todo processo. Utilizando as palavras de Netto ao se referir às tendências pós-modernas (2001:143) verifica-se que esta tendência opera uma clara “regressão idealista” na profissão.

Busca-se na abordagem clínica elementos que instrumentalizem o assistente social no campo de sua intervenção. Por tras deste argumento teórico-metodológico escondem-se os elementos ideológicos, éticos, e sobretudo, políticos, já que ao fim e ao cabo, sustentam um determinado projeto de sociedade. Ora, o que estas tendências fazem é reduzir um exercício profissional rico e enriquecido pelo complexo de mediações que compõe a realidade à aplicação de medidas terapêuticas (catárticas) visando à diluição das tensionalidades que pressionam as problemáticas, despolitizando-as. Nestas práticas, há um franco apelo às abordagens focalizadas nos sujeitos, individualistas e individualizantes, numa clara tentativa de “psicologização das relações sociais” (Netto, 1992) em detrimento de uma compreensão do movimento, da dinâmica da realidade, das estruturas, das análises totalizantes e/ou na perspectiva de totalização. O resultado é a recuperação de modelos de intervenção nos quais, se lhes faltam instrumentos de intervenção social na realidade social, lhes abundam as técnicas de intervenção no âmbito da mudança comportamental, numa clara reedição da prática de tomar a questão social como objeto moral.

Ora, em tempos de acirramento da violência, da pobreza, da barbárie, na ausência de possibilidades efetivas de se vislumbrar, menos ainda de se construir, respostas efetivas às seqüelas da questão social, a saída encontrada por um conjunto de profissionais de várias áreas é a de encaminhar os problemas para o âmbito do indivíduo (e de sua família), de modo a propor como saída a alteração comportamental pela aplicação de terapias e/ou de uma abordagem clínica da questão social.

Nestes tempos, o aprofundamento da reificação das relações sociais como produto histórico social da sociedade burguesa tardia, na qual a autonomização dos indivíduos converge para a sua subordinação aos processos que não dominam e sequer reconhecem, parece ser a tendência imperante. No âmbito da sociedade capitalista desenvolvida há mecanismos dos mais sofisticados que operam um claro enquadramento do indivíduo a pautas sociais e culturais. Para tanto, são necessárias profissões que desenvolvam habilidades e competências nesta área. No caso do Serviço Social há uma redução da intervenção profissional à uma ação psicossocial numa clara retomada da inspiração estrutural-funcional e das correntes organicistas da integração, do ajustamento e da adaptação dos indivíduos às estruturas, numa reedição da concepção da história feita por um sujeito psicológicos, de modo que o processo histórico parece ser “posto” pelos sujeitos, resultado do pensamento e do desejo/intencionalidade dos mesmos.

No âmbito do Serviço Social, considerando que a modalidade de resposta profissional que interessa é a que modifica uma variável do contexto, na impossibilidade de outros níveis de mudança, o nível do indivíduo é tomado como a possibilidade em si. Se o homem só pode mudar a si mesmo, a sua

realidade interna, a sua “subjetividade”, esse nível de mudança possível é também o desejável para que o ordenamento social continue intacto. E o fazem como uma necessidade e imposição que tende a ser coisificada. Isto se dá pela tendência mesma da sociedade burguesa de homogenizar os comportamentos, pensamentos, reações, desempenhos dos sujeitos, para o que são utilizados diversos mecanismos e instancias de ajustamento. Nesta perspectiva, “a autopreservação do indivíduo pressupõe o seu ajustamento às exigências de preservação do sistema. O ajustamento se torna o modelo para todos os tipos imagináveis de comportamento subjetivo” (Horkheimer, In: Netto, 1981:87, nota 175).

Como é próprio do mundo burguês maduro, a positividade é o “padrão de emergência do ser social na sociedade burguesa constituída, como estrutura global da reificação” (Netto, 1981:87). Em outras palavras,

“a garantia de que estas adaptações não afetarão a funcionalidade da conduta, que é de cariz manipulador, é dada pela positividade: graças a ela, o agente reconhece sempre que está defrontado com uma alteridade social, uma coisa social que escapa a seu controle (que escapa ao controle de todos), mas a que deve adaptar-se da melhor maneira possível” (idem).

Não obstante a constante tendência à reificação, a positividade posta pelo capitalismo maduro necessita de uma teoria que a questione, que apanhe seus fundamentos: a teoria social de Marx, sobretudo suas formulações sobre o fetichismo das relações sociais, permite que se dissolva esta positividade pela apreensão de seus fundamentos. Daí ser necessária a crítica à ordem burguesa, que ultrapasse a crítica romântica.

Ora, é evidente que estas novas formas de controle social ferem de morte a perspectiva de emancipação dos sujeitos que se localiza não apenas como um valor central do nosso projeto profissional, o qual visa a uma nova ordem social, mas como competência da profissão (Conforme o artigo 4º. da

Lei 8662/93) . Com isso, ao mesmo tempo em que as correntes que negam a objetividade do real se colocam como voltadas para o individuo, sua intervenção nega todas as possibilidades de este individuo agir autonomamente. É por isso que cada vez se torna mais necessária a assunção da orientação marxiana tentando recuperar o que Lukács considera a verdadeira ontologia de Hegel. Para Marx, superar o idealismo (ainda que objetivo) de Hegel significa “descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (Marx, 1985:21). Como diz Netto, “aos novos irracionalismos fogem a pretensão romântica” (1994).

A busca dos fundamentos, enquanto uma recorrência necessária de todo conhecimento crítico, permitiu tornar o Serviço Social contemporâneo do seu tempo, no intuito de permitir-lhe identificar a necessidade de construir novas bases de legitimidade para a profissão. Ademais, graças a apropriação do Serviço por este referencial, o sentido, a funcionalidade e a instrumentalidade da profissão puderam ser apanhadas no interior dos fundamentos do mundo burguês maduro. Mais ainda, considerando sua perspectiva projetiva, ela nos permite captar o vir a ser da realidade, as forças de ruptura que a realidade porta no seu interior e que se confronta a todo tempo com os vetores que lutam pela sua manutenção.

Assim, há que avançar ainda mais na compreensão das mediações reais e efetivas que recobrem o Serviço Social para o que há que superar esta *perspectiva imediatista* que impregnada no Serviço Social o torna refém tanto da razão miserável dos procedimentos formalistas quanto abre-lhe a porta para a saída irracionalista. A destruição da razão (ou a saída irracionalista) como pólo oposto e complementar do racionalismo formal, junta-se a ele tal como a

cabeça de Janus. Enfrentá-la é uma necessidade inadiável, sobretudo porque como nos ensina Paulo Netto: a realidade histórica tem demonstrado que fora da razão só há espaço para a barbárie.

BIBLIOGRAFIA

- CASULLO, Nicolás. *El debate modernidad-posmodernidad*. (Parte. I). Buenos Aires, El cielo por asalto, 1995.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL-7a. Reg. *Assistente Social: ética e direito*. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro, 2000
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- DURKHEIM, Emile. *Da divisão do Trabalho e outros*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2a. Ed., São Paulo, Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1983.
- EVANGELISTA, João E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. Col. Questões da nossa época. São Paulo, Cortez, 1992.
- GUERRA, Yolanda. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- _____. "Ontologia do ser social: bases para a formação profissional". In: *Revista Serviço Social e Sociedade n. 54*, Ano XVIII. São Paulo, Cortez, 1997.
- HABERMAS, J. "Técnica e Ciência enquanto 'ideologia'". In: *Textos Escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo, Cia da Letras, 1998.
- HORKHEIMER, T. *Crítica de la razón instrumental*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1973
- IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico metodológica*. 2a. Ed. São Paulo, Cortez, 1982.
- _____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social - Ensaios Críticos*. São Paulo, Cortez, 1992.
- IANNI, Octavio. "A produção da sociedade". In: *Marx - Sociologia*. São Paulo, Ática, 1988.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo - A lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo, Ática, 1996.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 4a. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- LESSA, Sergio. "O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade". *Cadernos do CEAD/Programa de capacitação continuada para assistentes sociais n. 2*, Brasília, 1999
- LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social - os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- _____. *El Assalto a la razón - la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Trad. Wenceslao Roce. 2ª. Ed. Barcelona, Grijalbo, 1968.

- _____. O Neopositivismo. *Teoria e Política n. 9*. São Paulo, Brasil Debates, 1988.
- LYOTARD, Jean François. *A condição pós-moderna*. Trad. José Navarro, 2a. Ed., Lisboa, Gradiva, 1989.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2a. Ed. São Paulo, Nova Cultural, (Col. Os Economistas), 1985.
- MARCUSE, Hebert. *Razão e Revolução*. Trad. Marília Barroso. 4a. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- MARTINELLI, Maria Lucia. *Serviço Social: Identidade e Alienação*. São Paulo, Cortez, 1986.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederic. *A Ideologia Alemã*. Trad. Luís Cláudio de Castro Costa, São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- _____. *Introdução à crítica da Economia Política*. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.
- _____. *O Capital - Crítica da economia política* (Livro I, Vols. 1 e 2). Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1985 (a e b).
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. Trad. Lab. de Tradução do CENEX/ FALE/UFMG. São Paulo, Ensaio, 1993.
- _____. *O Poder da Ideologia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo, Ensaio, 1996.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Roberto Leal Ferreira e Álvaro Cabral. 2a. Ed. São Paulo, 1996.
- MOTA, Ana Elizabete da. *O feitiço da Ajuda*. São Paulo, Cortez, 1987.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- _____. "Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão". In: *Revista Serviço Social e Sociedade n.º 50*, ANO XVII. São Paulo, Cortez, 1996.
- _____. "Razão Ontologia e Práxis". *Serviço Social e Sociedade n. 44*, ANO XV. São Paulo, Cortez, 1994.
- _____. *Ditadura e serviço social*. São Paulo, Cortez, 1990.
- _____. "Sade e a contraface do liberalismo". *Democracia e Transição Socialista*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- _____. "O Marx de Souza Santos". *Revista Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social*. Vol. I, n.º 1, Rio de Janeiro, UFRJ-DP&A, 1o. Sem. de 1997
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. "Introdução". Marx, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Coleção bases Teoria n. 46. São Paulo, Global, 1989.
- _____. "O serviço Social e a tradição marxista". In: *Revista Serviço Social e Sociedade, n. 30*. São Paulo, Cortez, 1989.
- _____. "Apresentação". In: IAMAMOTO, Marilda. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social - Ensaio Críticos*. São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. "Teoria, método e história na formação profissional". *O processo da formação profissional do assistente social. Cadernos ABESS n. 1*. São Paulo, Cortez, 1986.
- _____. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. "Prólogo: Elementos para uma leitura crítica do Manifesto do Partido Comunista." In: MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2a. Ed. São Paulo, Cortez, 1998.

PONTES, Reinaldo. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.

QUIROGA, Consuelo. *Invasão Positivista no Marxismo*. Manifestações no Ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

Vazques, *Filosofia da Práxis*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, 4^a. Ed.

Vv Aa ".Mesa Redonda da PUC-SP sobre História do Serviço Social no Brasil". *Revista Serviço Social e Sociedade n. 12*, São Paulo, Cortez, 1983.

Vv Aa. "O Serviço Social clínico e o projeto ético-político do Serviço Social". *Revista Em foco*. CRESS-7a. Reg./UERJ, Rio de Janeiro, 2003.

